



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000156/2022
Processo: 9585-00 2022

Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica

PARECER Nº: 139/2022.

PROCESSO Nº: 9.585/2022.

PROJETO DE LEI Nº: 156/2022.

EMENTA: "Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros excessivos provenientes de escapamentos de veículos automotores e dá outras providências".

AUTORIA: Vereador Zé Márcio.

I. RELATÓRIO

O Ilustre o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, solicita parecer acerca da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 156/2022, que: "Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros excessivos provenientes de escapamentos de veículos automotores e dá outras providências".

II. FUNDAMENTAÇÃO

Conforme nossa Carta Magna e Constituição do Estado de Minas Gerais, o Município possui a devida competência para tratar de seus interesses locais. Vejamos:

Constituição Federal:

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P232135



"Art. 30. Compete aos Municípios:

I- legislar sobre assuntos de interesse local"

Constituição Estadual:

"Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I- sobre assuntos de interesse local, notadamente…"

Em nosso entendimento, interesse local é todo e qualquer assunto de origem do Município, considerado primordial, essencial e que de forma primaz atinge direta ou indiretamente a vida do município e de seus munícipes.

No que concerne à competência de iniciativa, não há impedimento algum, pois a regra de polícia administrativa relacionada à proteção do meio ambiente, mais especificamente ao controle da poluição sonora", tema de competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, não se vislumbra, na espécie, hipótese de ofensa ao pacto federativo, ao qual se sujeita o município, por força do que prevê a norma do art. 144 da CR, pois que o diploma legal em questão está em consonância com o regramento federal sobre o assunto.

Sob o tema, pronunciou-se o Tribunal de Justiça de São Paulo, veja-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 01/2022, DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ, A QUAL DISPÕE "...sobre a emissão de ruídos sonoros excessivos provenientes de escapamentos de veículos automotores, impõe penalidades e dá outras providências...".

1. análise da inconstitucionalidade da norma em relação à Lei Orgânica do Município. Descabimento.

2. Alegação de invasão da competência privativa da União para legislar. Rejeição. Norma que trata de proteção ao meio ambiente. competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23, VI, da C.F.).

3. ofensa ao pacto federativo não configurada. diploma legal em questão que está

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P232135



em consonância com o regramento federal sobre o assunto.

4. CRIAÇÃO DE DESPESA SEM INDICAÇÃO DE RECEITAS. SITUAÇÃO QUE ACARRETA, NO MÁXIMO, INEFICÁCIA, MAS NÃO INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.

5. Normas previstas no caput e no parágrafo único do art. 5º que tratam de MATÉRIA DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. VIOLAÇÃO ÀS NORMAS PREVISTAS NOS ARTS. 5º, 47, II, XIV E XIX, LETRA A E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AÇÃO PROCEDENTE em parte.…)

No mais, verifico que, ao contrário do que entende a requerente, a norma em questão não trata de matéria relacionada a trânsito. Com efeito, a propósito do tema aqui tratado, releva anotar que a norma prevista no art. 104 do Código de Trânsito Brasileiro prevê que "Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção, que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.". Por aí se vê que o órgão encarregado de emitir as normas que regulamentam o controle da emissão de ruídos provocados por veículos automotores é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o que denota que o diploma legal objeto da presente demanda diz respeito a regra de polícia administrativa relacionada à proteção do meio ambiente, mais especificamente ao controle da poluição sonora. Assim, não há que se falar em invasão da competência privativa da União para legislar. Ao contrário, trata-se de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por força do que prevê a norma prevista no art. 23, VI, da Constituição Federal, verbis: Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;". (...) Além disso, não se vislumbra, na espécie, hipótese de ofensa ao pacto federativo, ao qual se sujeita o município, por força do que prevê a norma do art. 144 da Carta Bandeirante, pois que o diploma legal em questão está em consonância com o regramento federal sobre o assunto. É o que se depreende da simples leitura dos §§ 1º e 2º do art. 2º da lei em questão, verbis: "§1º Aplicar-se-á a Resolução nº 418, de 25 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Meio Ambiente e suas atualizações, para os limites máximos de emissão de ruídos. §2º Os procedimentos de medição seguem o estabelecido na NBR 9714/1999 e suas atualizações." Vale lembrar que é a referida Resolução Conama, alterada pelas Resoluções nº 426/2010 e nº 435/2011, a qual dispõe "⋯ sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e

Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso", que fixa, para todos os veículos automotores, nacionais ou importados, "... os limites máximos de ruídos na condição parado…" (cf. item 4 do Anexo I). Nesse contexto, não restou configurada a alegada inconstitucionalidade, já que o diploma legal impugnado, repita-se, está em consonância com as normas federais que regulamentam a matéria. De resto, ressalte-se que, exceção feita às normas

previstas no caput e no parágrafo único do art. 5º, não há, na espécie, inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, conforme se verá a seguir. Convém, a propósito do tema em questão, anotar que, com base no princípio da simetria, é possível inferir que as normas

previstas nos incisos II, XIV e XIX, "a", do art. 47 da Constituição Paulista atribuíram ao Poder Executivo municipal a organização e prestação dos serviços públicos, de modo que não compete ao Poder

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P232135



Legislativo impor à administração pública municipal qualquer obrigação acerca do tema, pena de violação do princípio da separação dos poderes. Assim, não é facultado ao Poder Legislativo dar início a processo legislativo de normas que digam respeito à administração do Município. Nesse sentido, já se manifestou este colendo Órgão Especial, verbis: "A iniciativa das leis que disponham, ainda que implicitamente, sobre a criação de órgãos públicos da administração municipal ou que, por aumento de atribuições, interfiram na estrutura de algum já existente, é reservada com exclusividade ao Executivo, por força de expressa previsão constitucional (CF, art. 61, § 1º, inciso II, "e", CE, art. 24, § 2º, 2) (...) Ora, na medida em que a lei aqui combatida cria uma obrigação para o Poder Executivo, está a mesma interferindo nas atribuições de caráter administrativo de órgão público municipal e, por isso, vedada a iniciativa legislativa ao Poder Legislativo Municipal por um seu vereador." (ADI 142.318-0/8-00, Rel. Des. Walter de Almeida Guilherme, v.u., j. 14.11.2007 grifo não original). É esse, justamente, o caso dos autos, mas apenas no que diz respeito às normas contidas no caput e no parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 01/2022, do Município de Osvaldo Cruz, de iniciativa parlamentar e objeto da presente demanda, uma vez que somente tais dispositivos legais representam ingerência na organização da administração pública municipal. Com efeito, tais normas obrigam a administração pública municipal, por meio do Departamento Municipal de Trânsito, a fiscalizar os "... níveis de emissão de ruídos provenientes do escapamento dos veículos automotores em circulação..." (cf. caput do art. 5º). Além disso, elas também determinam que referido departamento ficará responsável pela prestação de "... apoio operacional às ações desenvolvidas nas vias e logradouros públicos; em caso de aplicação de multas e apreensão de veículos conforme o Código Brasileiro de Trânsito ..." (cf. parágrafo único do art. 5º), o que revela inequívoca

interferência da Casa Legislativa de Osvaldo Cruz, em atribuições de departamento vinculado ao Poder Executivo de tal município. (...) Pelo exposto, julgo procedente em parte a presente ação direta de inconstitucionalidade, para a finalidade acima explicitada. Relator: Campos Mello. Data Julgamento: 29/06/2022.

Conforme entendimento jurisprudencial, sugerimos a exclusão do Art. 4º, bem como seu parágrafo único, pois revelam inequívoca interferência desta Casa Legislativa em atribuições de departamento vinculado ao Poder Executivo. Tais dispositivos retro especificados, promoverem aumento de atribuições de órgão público da administração municipal, que acabam por interferir diretamente na organização da administração pública, sendo matéria de iniciativa legislativa que compete ao Chefe do Poder Executivo."

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, sem adentrarmos no mérito da matéria, concluímos que o **projeto é legal e constitucional, desde que excluído o Art. 4º e seu parágrafo único.**

É o nosso parecer, s.m.j., que ora submetemos, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.



Assinado Digitalmente

Palácio Barbosa Lima, 22 de agosto de 2022.

Marcelo Peres Guerson Medeiros
Assessor Técnico

Aprovo o parecer em 22/08/2022
Luciano Machado Torrezio
Diretor Jurídico Adjunto